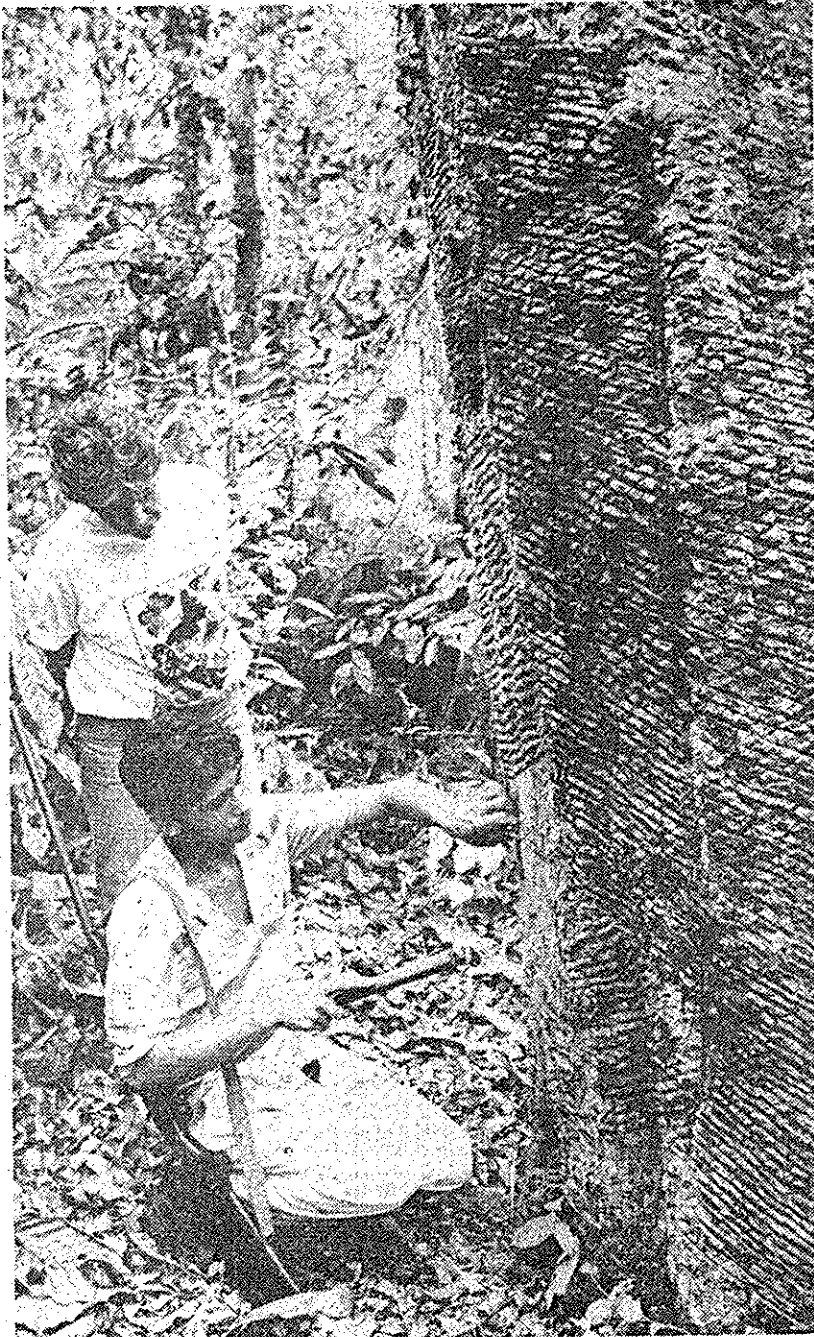


Seringueiros preservam a mata

VALDIR SANCHES

RIO BRANCO — As reservas de extração criadas pelo governo do Acre poderão ser modelo de ocupação econômica que não prejudica — antes protege — a floresta. O projeto (que Rondônia também quer pôr em prática) dá aos seringueiros a concessão da área onde eles vivem e trabalham e, assim, a mantêm preservada. A própria seringueira, de que se extrai o látex para a produção da borracha, pode ser explorada ano após ano, sem nenhum comprometimento. Já existem quatro dessas reservas em atividade no

Estado, uma delas conquistada pelos próprios seringueiros: o Seringal da Cachoeira, que o Estado mostra nesta reportagem. Em outro campo, o das áreas indígenas, porém, há dificuldades: índios não aceitam a criação de colônias indígenas, previstas num projeto do governo federal, por considerar que esse sistema abre suas reservas à extração da madeira. Mas há um tipo de problema que o Acre não tem: garimpos, como os que estão contaminando com mercúrio (num ambiente de crime e violência) as águas do rio Madeira, na vizinha Rondônia.



Extração do látex: árvore rende cem anos

Índios são contra a criação de colônias

Os índios do Acre enfrentam uma situação diferente. O Projeto de Proteção do Meio Ambiente e Comunidades Indígenas (Pomaci), do governo federal, prevê a criação não de reservas, mas de colônias indígenas. "A diferença é que nas colônias os índios ficarão confinados em pequenas áreas, e o resto de suas reservas serão consideradas reservas florestais", diz Terri Valle de Aquino, coordenador de indigenismo do Centro de Documentação do Estado. "Nessas reservas será permitida a extração de madeira" (através de técnicas de replantio). Além disso, Aquino reclama que o Pomaci ("uma farsa") deixa de fora "mais de 90% das áreas indígenas do Acre". "É um projeto feito em gabinete por quem não conhece", acha Aquino, antropólogo que há 13 anos trabalha com os índios. Ele tem medo também que o dinheiro do Pomaci seja desviado ou empregado em "elefantes brancos" — como grandes prédios de enfermaria e escola.

Rondônia, Porto Velho — o agressor da natureza é químico: o mercúrio, que contamina as águas do rio Madeira. Mas o predador é ainda o homem — milhares de garimpeiros que escavam o leito do rio dia e noite, em busca do ouro. No Buraco da Dor, um dos pontos de grande aglomeração, as dragas competem com as balsas. Com um braço mecânico para quebrar o fundo rochoso do rio as dragas produzem os fragmentos onde está o ouro, enquanto as balsas usam o mergulhador, tipo maluco que fica até seis horas no fundo do rio (dependendo da profundidade), sem enxergar nada, quebrando a rocha com uma marreta e muita prática. Muitos, à beira da morte, acabam levados com dores terríveis para uma câmara de descompressão, no hospital de base do Porto Velho.

Os fragmentos de rocha são retirados do rio por tubos que se assemelham a grandes aspiradores. Processado rusticamente, esse material vira areia misturada com ouro em pó. A massa de areia com o ouro é posta num grande balde, com o mercúrio. Com as águas do rio, o garimpeiro faz uma lavagem até ficar apenas com o mercúrio agregado ao ouro. Então, nas margens do Madeira, um maçanico tocado a bujão de gás libera o mercúrio, que se solta e vai parar nas águas do rio. "Daria para recuperar o mercúrio, mas aqui ninguém liga para isso", diz Raimundo Juvenal, dono de balsa. "Todos querem saber é do ouro", acrescenta.

Ninguém liga muito, também, para a vida. Há duas semanas, na entrada do garimpo, na barranca do rio, havia o corpo de um homem, com um filete de sangue escorrendo da cabeça. Alguma alma caridosa colocou umas velas em seu redor. Quem era? "Um ladrão", responde displicentemente um garimpeiro. "A lei do garimpo é essa. Roubou, morreu", diz ele.

No Acre vivem perto de 15 mil índios, alguns ainda não-contatados, que promovem guerras e atacam mulheres de seringueiros, na fronteira com o Peru. Mas a maior parte deles, aculturados, está em 15 reservas. E revoltados, como revela José Uriá, dos Mantineri-xaminá: "Colônia significa terra muito pequena, ao redor da floresta nacional. Eles dizem que podemos andar pela floresta, mas não é assim. Começam a invadir, penetrando devagar, até tomar tudo o que existe". Uriá diz: "Isso não entra na minha cabeça. E como empurrar a faca devagarinho, até chegar no coração". Ele avisa que haverá luta: "Os índios não vão aceitar a colônia. A gente pode morrer, a gente pode matar, mas nas reservas ninguém entra".

Em outra área do Pemaci — às margens da BR-364, entre a divisa com o Acre e a capital de

Borracha dá serviço a 120 mil no estado

Um corte oblíquo, de 40 centímetros, com a faca chamada cabrita: o leite escorre. A seringueira, na Amazônia, é considerada uma mãe. Com seu leite (que será a borracha) sustenta seus filhos, os seringueiros. Há 120 mil deles no Acre, quase um terço da população do estado, de 380 mil habitantes.

No ano passado, o setor primário recolheu 20,5% do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM) do estado. A borracha contribuiu com 14,6% (mais 12,5% na fase de semiindustrialização), e a pecuária representou apenas 2,6%. A exploração da seringa não traz nenhum prejuízo à floresta nem à própria seringueira. Mas a abertura de pastos exige a queimada, e este ano ela está atingindo 71 mil dos 152 mil quilômetros quadrados do estado — 4,7%. Situação que ainda não é tão grave, se comparada aos 23% queimados em Rondônia.

O Acre ainda pode ser salvo: sua biomassa — a soma de todo o material lenhoso vegetal que recobre a terra — representa 1,5 bilhão de metros cúbicos. As fotos feitas por satélite mostram que 12% da área total do Acre já está alterada, mas o governo se diz (pelo menos oficialmente) disposto a promover uma economia voltada para a vocação florestal dessa região do País. Uma de suas experiências, que já está sendo feita, é a reserva extrativista.

Uma estudiosa do assunto, a antropóloga e pesquisadora Mary Allegretti (que, na verdade, ajudou a conceber essas reservas), afirma que as primeiras tentativas de fixar os seringueiros não deram certo: o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) criava módulos de cem hectares, o mesmo padrão usado para os agricultores que plantam milho e arroz. O seringueiro, porém, não se guia por limites de área, mas pela disposição das seringueiras. Assim, sem adaptar-se ao modelo do Incra, acabava indo embora e deixava, por preço baixo, a terra para os fazendeiros.

A idéia desenvolvida depois do I Encontro Nacional de Seringueiros, em 1985, em Brasília, concede a uma entidade representativa — uma associação de moradores, por exemplo — não terrenos mas uma reserva, como a dos índios. A Associação recebe concessão de uso, renovável a cada 30 anos, e estabelece critérios para questões que podem abranger até a caça para subsistência. O estado cuidará

de uma estrutura de atendimento social, como professoras e merenda (a escola, os seringueiros fazem), postos de saúde, etc. Os custos, informa Mary, são baixos, pois o seringueiro leva vida modestíssima. Da floresta ele extrai o alimento, ervas medicinais e material para construir sua casa. Seus instrumentos de trabalho são simples: a tigela para a qual escorre o leite da seringueira geralmente é a metade de um coco de castanha...

A 180 quilômetros de Rio Branco, para sudoeste, está Xapuri, uma tradicional cidade de seringueiros, com uma história de escravidão e lutas. Mais 35 quilômetros e chega-se ao Seringal Cachoeira, onde já funciona uma reserva extrativista, conquistada pelos próprios seringueiros. Casas simples, escola de tábuas nuas, Nilsomar Alves Mendes sai de casa, anda uns 200 metros e já está na floresta. Vai caminhar algumas horas até visitar 120 seringueiras (faca na cintura, espingarda nas costas). O talho dado com a cabrita, a faca especial — um em cada árvore —, tem lugar certo. Depois de muitos meses, quando completar uma bandeira (30 a 40 cortes, um embaixo do outro, numa área limitada do tronco): é hora de começar de novo em outra parte do tronco. Assim, enquanto se corta uma bandeira, a outra vai regenerando-se. "Pode-se trabalhar cem anos numa única seringueira", diz Nilsomar.

O leite, ou látex — a goma branca que escorre do talho —, é aparado por uma tigela. Três dias depois, coagulado, ele é retirado por Nilsomar, de cada uma das 120 árvores, e está pronto para ser vendido a fábricas de pré-processamento (em seringais mais remotos, o leite ainda passa por defumadores até formar "pelas", bolas de 50 quilos, que são vendidas).

Nilsomar é um dos 15 filhos de Joaquim Alves Mendes e Cecília, também filhos de seringueiros, numa época de escravidão e medo. Hoje são uma das 70 famílias (média de nove filhos cada uma) nos 30 mil hectares do Seringal Cachoeira. Até 1985, tinham patrão e dependiam do marreiro, comerciante que simplesmente trocava mercadorias (cotadas a preço de ouro) pela borracha. Com a criação de uma cooperativa, em Xapuri, que compra a borracha, eles experimentam uma novidade: o lucro. E coisas que nunca pensaram em comprar, como roupas de passeio e rádio.

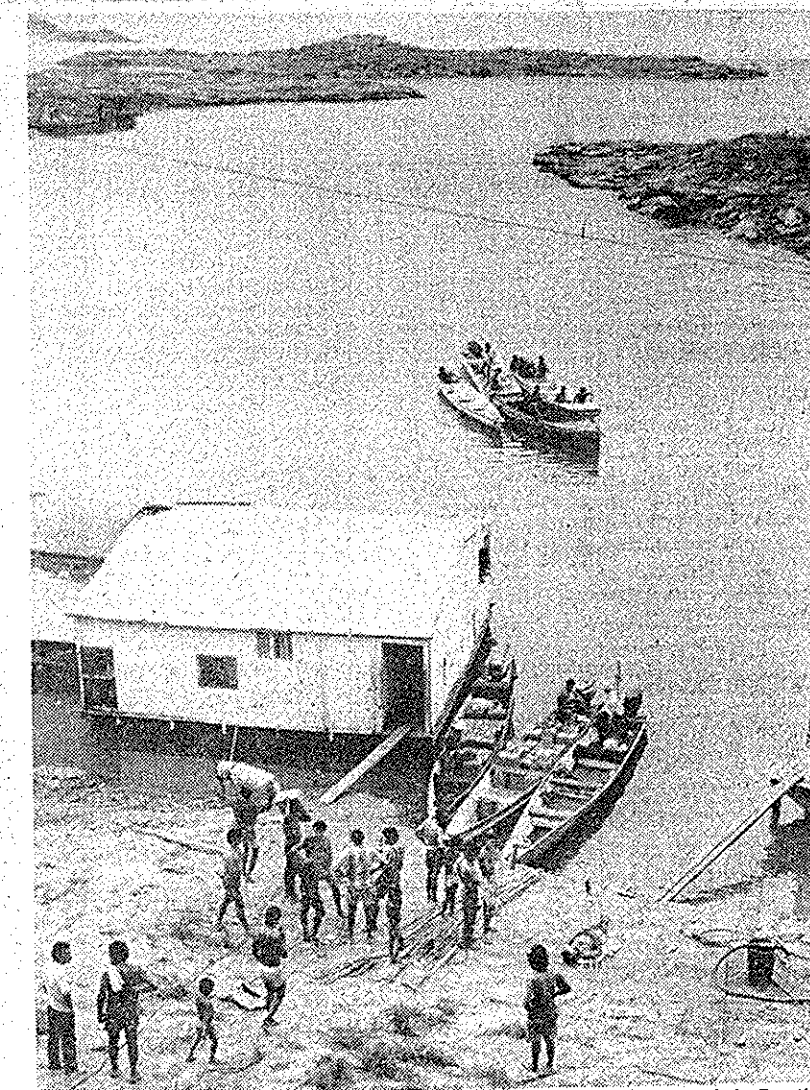
Pioneiros insistem em salvar a floresta

Os seringueiros trazem intactas, para contar, as histórias das primeiras décadas deste século, quando trocavam com os patrões borracha por alimentos, pagavam taxa para usar os caminhos da floresta e jamais tinham saldo. Nem queriam: se um deles tirava saldo era morto. Na época da Segunda Guerra Mundial, começo dos anos 40, vieram os soldados da borracha: os Aliados precisavam do produto. Os soldados não tiveram melhor sorte. Em 1964, o governo fechou o Banco da Borracha, que financiava os seringalistas (donos de seringais). Muitos faliram, e logo começaram a chegar os fazendeiros do Sul, bons compradores dos seringais falidos. Até 1975, calculam os seringueiros, 180 mil seringueiras, 80 mil castanheiras — 1,5 milhão de árvores — foram derrubadas só em Xapuri. No estado, naquele momento, os fazendeiros entraram em seis milhões de hectares — resultando na expulsão de dez mil famílias, que foram inchar a periferia de Rio Branco ou acabaram na Bolívia.

Os seringueiros remanescentes se insurgiram. Em 1976, impediram uma derrubada. Estava criado o empate: os seringueiros se juntam e impedem a derrubada. A violência veio junto. Em junho de 1980, dois pistoleiros mataram o sindicalista Wilson Pinheiro e alguns dias depois, um grupo de seringueiros promoveu o julgamento do sumário do suposto mandante, Nilo Sérgio, seguido da execução. Este ano, o pessoal do Seringal Cachoeira impediu a derrubada de sua área, e acabou conseguindo com o governo federal a transformação em reserva extrativista. Outro empate, de uma

área de floresta perto desse seringal, resultou na invasão do prédio do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, IBDF, em Xapuri, por seringueiros, que foram atacados por pistoleiros. O movimento acabou com vários feridos à bala.

De Xapuri para o mundo, poder-se-ia dizer de Francisco Mendes Filho, um seringueiro que participou de todo o processo e hoje é o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais local. Depois do Encontro Nacional dos Seringueiros, em Brasília (promovido por Francisco e pela antropóloga Mary Allegretti, que criara a primeira escola para seringalistas do Acre), uma equipe de televisão inglesa veio ao seringal. Afinal, no encontro viam-se seringueiros, gente simples, discursando em defesa da floresta. A entrevista com Chico Mendes, como é chamado, aguçou as entidades ambientalistas internacionais. Um seringueiro brasileiro acusava bancos como Banco Mundial, (BIRD) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), de financiar obras que ameaçam a floresta. Em março do ano passado, Chico Mendes, levado por entidades ambientalistas, interpellava participantes da conferência anual do BID, em Miami. Meses depois recebeu, em Londres, o prêmio Global 500, que promove o meio ambiente no mundo. Em seguida ganhou um prêmio da ONU. Este ano, o BID suspendeu o financiamento para o asfaltamento da BR-364, entre Porto Velho e Rio Branco (já reativado). "Nós lutamos muito para nos livrar do trabalho escravo. Agora não podemos perder a floresta", afirma Chico Mendes.



Garimpo Buraco da Dor: mercúrio no rio Madeira

Ecologia vai ter ação conjunta

BRÁSILIA — O presidente José Sarney confirmou em entrevista a 11 correspondentes internacionais em Brasília que o governo vai unificar os órgãos ligados à política do meio ambiente, para evitar que eles continuem a fazer o mesmo trabalho de forma dispersa. Sarney criticou a política de concessão de incentivos fiscais, afirmando que não se pode mais repetir o que o governo fez por muito tempo: liberar incentivos na Amazônia Legal para projetos que impliquem a derrubada definitiva da floresta.

Em entrevista de uma hora, o presidente acabou admitindo a fusão dos órgãos ligados ao meio ambiente, medida que foi excluída do pacote ecológico, por pressões, principalmente do ministro do Interior, João Alves. Na primeira coletiva que concedeu, em três anos e meio, aos correspondentes internacionais em Brasília, o presidente falou dos objetivos de sua

viagem a Moscou. Mas os jornalistas quiseram também ouvi-lo sobre o pacote ecológico.

"Já passou o tempo em que acreditávamos que os recursos naturais do Brasil eram inesgotáveis", afirmou o presidente. "Além disso, 30% das florestas existentes no mundo estão aqui", acrescentou. Sarney ressaltou que a responsabilidade de proteção ao meio ambiente não é apenas do governo, mas de toda a sociedade, daí a importância de se criar uma consciência nacional sobre a questão. "Todos nós somos passageiros dessa aventura do homem na face da terra", enfatizou o presidente.

Ao explicar o pacote, Sarney disse que foram adotadas medidas que serão aplicadas de imediato para tentar diminuir o impacto dos incêndios, devastação florestal, exportação de madeira e aplicação dos incentivos fiscais na região da Amazônia Legal.

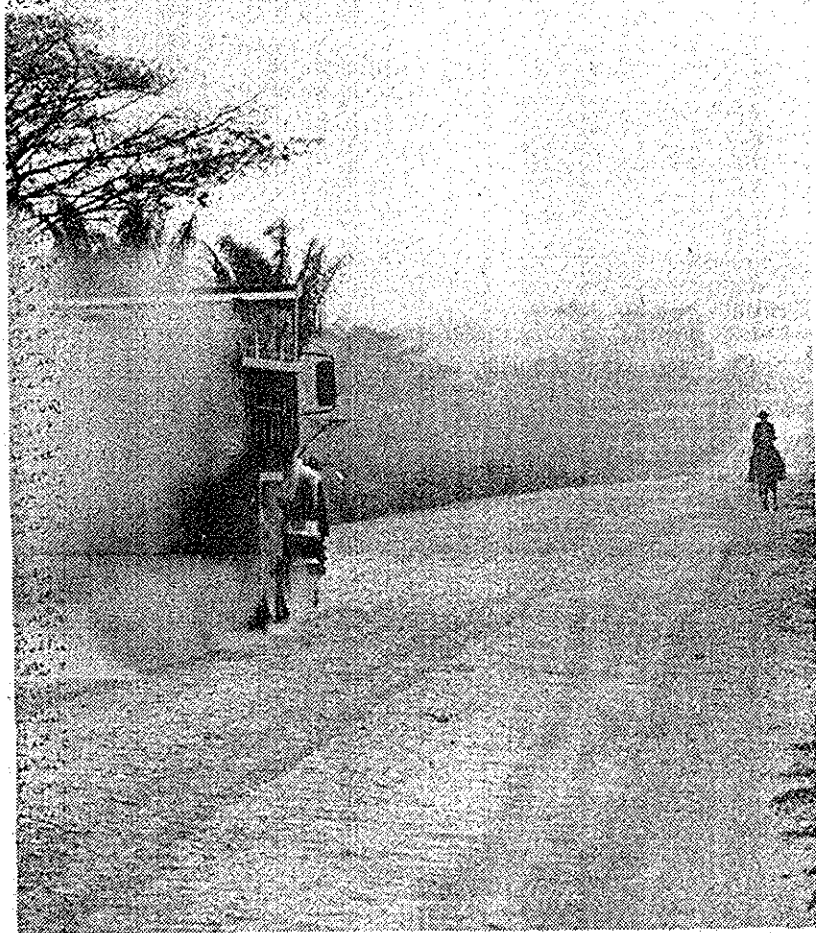
Em Belém, o superintendente da Sudam, Henry Kayath, garantiu ontem que os 547 projetos agropecuários beneficiados pela política de incentivos fiscais do órgão não são responsáveis pelas queimadas que têm ocorrido na região amazônica. Ele ressaltou, contudo, que esses projetos representam apenas uma pequena parte (cerca de 10%) de todos os empreendimentos agropecuários localizados na região. Para Kayath, o programa ecológico lançado anteriormente representa disciplina dos projetos agropecuários, com novo componente: a questão ambiental.

Apesar de garantir que os projetos incentivados não são responsáveis pelas queimadas, o superintendente da Sudam anunciou a criação de duas comissões para analisar os 547 projetos e verificar o impacto que eles podem ter causado ao ecossistema. A outra comissão irá estudar a inclusão das novas

normas na legislação dos incentivos da Sudam. A partir de agora, todos os projetos agropecuários, além da parte econômica, terão de ser submetidos aos novos critérios.

A deputada Beth Azize (PSDB-AM) informou que apresentará ao Congresso um projeto de lei proibindo a exportação de madeiras em tora, medida recomendada provisoriamente pelo presidente Sarney. A deputada criticou duramente a "timidez" do programa e disse que "Sarney fez apenas encenação".

Em Washington, o Banco Mundial manifestou "interesse, respeito e esperança" no pacote ecológico anunciado pelo presidente Sarney. Várias recomendações feitas pelo banco estão entre as medidas adotadas pelo governo brasileiro. O pacote foi noticiado na primeira página do jornal The New York Times.



Estrada Rio Branco - Porto Velho: asfalto suspenso